



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo do Município de Santa Cruz da Graciosa, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015, (que evidencia um total de 27.928.872 euros e um total de fundos próprios de 16.818.736 euros, incluindo um resultado líquido de 568.670 euros), a Demonstração de Resultados consolidados por Naturezas e os Fluxos de Caixa consolidados do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do executivo municipal a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, o resultado das suas operações, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos e orçamentais adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Exceto quanto à limitação referida no parágrafo 7.1, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto o referido exame incluiu:

- A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Município, utilizadas na sua preparação;
- A verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
- A verificação, numa base de amostragem, da conformidade legal e regularidade financeira das operações efetuadas;
- A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; e
- A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



Reservas

7. Não nos foi possível quantificar o impacto nas demonstrações financeiras, das situações seguintes:
- 7.1 A autarquia não regista o movimento das existências, não regista trabalhos para a própria entidade e não contabilizou provisões, em montantes que não foram apurados.

Opinião

8. Em nossa opinião, e exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas no parágrafo 7.1, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Município de Santa Cruz da Graciosa, em 31 de dezembro de 2015, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos do POCAL.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfases

10. Embora sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:
- 10.1 As demonstrações financeiras do exercício de 2014, apresentadas para efeitos comparativos, foram auditadas por nós e apresentam a reserva 7.1, acima, que não foi alterada.

Lisboa, 9 de setembro de 2016



[Handwritten signatures and initials]
Luzia Cordeiro

Prestação de Contas Consolidadas - 2015





Índice

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO - 2015	3
O Grupo Municipal	3
Entidade “mãe” - Município de Santa Cruz da Graciosa	5
Empresa de Transportes Colectivos da Ilha Graciosa Lda	7
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	11
Balanço Consolidado	11
Demonstração de Resultados Consolidada	14
Mapa dos Fluxos de Caixa Consolidado	15
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	16

[Handwritten signatures and notes in the right margin]
Luzia Cordeiro





Handwritten signatures and notes on the right margin.

Relatório de Gestão Consolidado - 2015

O Grupo Municipal

O Grupo Municipal de Santa Cruz da Graciosa, é constituído pela entidade mãe – o Município – e a Empresa de Transportes Colectivos da Ilha Graciosa Lda., cujas contas são consolidadas pela primeira vez, pela alteração da lei das finanças locais consubstanciada na lei 73/2013 de 3 de setembro (RFALEI).

Conforme a “Nota Explicativa Consolidação de Contas dos Municípios, consolidação de contas para 2014” do SATAPOCAL, de maio de 2015, as empresas locais “(...) *relevam sempre (independentemente da percentagem de participação) para o perímetro de consolidação das entidades mãe ou consolidantes (...) que participem no seu capital (cfr. artigo 75º, n.º 6, do RFALEI*”, desde que se verifiquem os pressupostos de controlo ou presunção de controlo.

Em termos gerais, a visão global da situação financeira de um qualquer grupo municipal pode ser prejudicada pela simples prestação de contas individuais de cada uma das entidades que o constituem e a consolidação de contas nos municípios surge, assim, como um passo necessário para melhorar a informação contabilística prestada pela administração local.

Não é o caso de Santa Cruz da Graciosa pois a empresa de transportes, depois das operações de consolidação, pesa apenas 0,7% no total do ativo consolidado. No entanto, com o RFALEI, não se aplicam as regras de dispensa e exclusão de consolidação previstas nos pontos 5.4. e 5.5. da Orientação do SATAPOCAL de 2010.

A Nova Lei das Finanças Locais (RFALEI - Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2014, veio introduzir alterações ao nível da consolidação de contas. Com a publicação desta lei, foram mudados os critérios do perímetro de consolidação e das entidades obrigadas a consolidar, assente no conceito de influência dominante ou controlo, como critério da determinação do perímetro municipal, devendo, neste novo enquadramento, o município consolidar com as entidades onde participa, independentemente da percentagem de participação, desde que a sua posição seja de controlo.

A Lei nº 73/2013 dispõe ainda que existe controlo do município, quando se verifiquem os seguintes pressupostos, referente às seguintes entidades:

- Serviços municipalizados e intermunicipalizados, a detenção, respetivamente, total ou maioritária, atendendo, no último caso ao critério previsto no n.º 4 do artigo 16º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto;





Município de Santa Cruz da Graciosa

- De natureza empresarial, a sua classificação como as empresas locais nos termos dos artigos 7º e 19º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto;
- De outra natureza, a sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas por referencia aos elementos de poder e resultado com base, designadamente, em:

Poder – detenção da maioria do capital, ou dos direitos de voto, a homologação dos estatutos ou regulamento interno e a faculdade de designar, homologar a designação ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão;

Resultado – poder de exigir a distribuição de ativos ou de dissolver a outra entidade.

Ainda nos termos da referida lei considera-se que existe controlo, relativamente a outra entidade, quando se verifique pelo menos um dos seguintes indicadores de poder ou de resultado:

- Faculdade de vetar orçamentos;
- Possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões dos órgãos de gestão;
- A detenção da titularidade dos ativos líquidos com direito de livre acesso a estes;
- A capacidade de conseguir a sua cooperação na realização de objetivos próprios;
- A assunção da responsabilidade subsidiária pelos passivos da outra entidade.

Tendo por base a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFAEI) e as recomendações do SATAPOCAL, datadas de maio de 2015, para efeitos de consolidação de contas, considerou-se que o perímetro de consolidação é composto pelo Município de Santa Cruz da Graciosa e pela Empresa de Transportes Colectivos da Ilha Graciosa Lda, onde o Município detém uma participação no capital de 78,35%.

O Relatório de Gestão Consolidado do Município de Santa Cruz da Graciosa, relativo ao exercício 2015, destina-se a descrever o estado e evolução da atividade do conjunto das entidades, compreendidas no perímetro de consolidação de contas do Município.

O presente Relatório cumpre o disposto no artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro - Consolidação de Contas, onde é referido que os municípios devem apresentar contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas. Nos termos desta lei, devem ser incluídas na prestação de contas consolidadas todas as entidades em que a entidade mãe (o município) tenha o poder de controlo sobre as políticas financeiras e operacionais, a fim de beneficiar das suas atividades.

Nesta perspetiva, não foram incluídas no perímetro de consolidação a ART - Associação Regional de Turismo - Turismo dos Açores e o Fundo de Apoio Municipal.



[Handwritten signatures and notes on the right margin]



Município de Santa Cruz da Graciosa

Cumprindo o disposto na NLFL, o Município de Santa Cruz da Graciosa elabora as contas consolidadas do Grupo Municipal, nos termos do disposto nas instruções do SATAPOCAL, que serão submetidas à aprovação da Câmara e da Assembleia Municipal.

As contas consolidadas deverão ser remetidas ao Tribunal de Contas, em conformidade com o disposto no n.º 4, do artigo 52º, da Lei n.º 20/2015, de 9 de março (nona alteração à Lei n.º 98/97 de 26 de agosto) e, de acordo com a Resolução n.º 27/2009 de 14 de dezembro, relativa à Prestação de Contas por via eletrónica.

Entidade “mãe” - Município de Santa Cruz da Graciosa

Atividade

As atividades desempenhadas enquadram-se no âmbito das atribuídas pela Lei n.º 5-A/2002 e Lei n.º 75/2013, destacando-se as seguintes áreas de intervenção: Economia, Cultura, Urbanismo, Social, Desporto, Educação e Ambiente.

A síntese das atividades desenvolvidas para prossecução do interesse público, relacionadas com as funções gerais, sociais económicas e outras, encontram-se nas linhas inscritas nas GOP'S (Grandes Opções do Plano) para o quadriénio 2015-2018, englobando o PPI (Plano Plurianual de Investimentos) e as AMRs (Atividades Mais Relevantes).

No decorrer do ano de 2015 foram aprovados o Regulamento de cedência de lotes na Zona industrial de Santa Cruz da Graciosa (26/03/2015) e o Regulamento do Centro de Atividades de Tempos Livres (30/06/2015);

Resultados

O Município de Santa Cruz da Graciosa encerrou as suas contas referentes ao exercício de 2015, com um Resultado Líquido do Exercício de 576.186,71€.

A Demonstração de Resultados é o espelho dos custos e proveitos da atividade Municipal, sintetizada no quadro abaixo:



Luíza Cordeiro



Município de Santa Cruz da Graciosa

[Handwritten signatures and initials]

RESUMO	VALOR (€)
Resultados operacionais	119.798,65
Resultados financeiros	34.279,60
Resultados correntes	154.078,25
Resultado líquido do exercício	576.186,71

PROVEITOS E GANHOS		CUSTOS E PERDAS	
• Vendas e prestação de serviços	247.963,60	• Fornecimento e serviços externos	877.894,74
• Impostos e taxas	582.336,68	• Custos com pessoal	1.121.924,92
• Transferências e subsídios obtidos	2.815.455,63	• Transferências e subsídios correntes concedidos	581.878,15
• Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	• Amortizações e provisões	933.291,45
		• Outros custos e perdas operacionais	10.968,00
		→ Resultado operacional	119.798,65
	3.645.755,91		3.645.755,91

O conjunto dos Proveitos operacionais, está condicionado pela evolução das Vendas e prestação de serviços, dos Impostos e taxas (Imposto municipal sobre imóveis, Imposto único de circulação, Imposto municipal sobre transações onerosas de imóveis, loteamento e obras, publicidade, etc.) e das Transferências e subsídios obtidos (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação variável no IRS). Estes capítulos, constituem os proveitos com maior peso tendo atingido no ano em análise respetivamente, 6,80%, 15,97% e 77,23%.

Os Fornecimentos e serviços externos, o custo com pessoal, as Transferências e subsídios correntes concedidos e as Amortizações e provisões detêm um peso decisivo sobre a estrutura dos Custos operacionais, representando respetivamente cerca de 24,08%, 30,77%, 15,96% e 25,60% do total desses mesmos custos.

PROVEITOS E GANHOS (€)		CUSTOS E PERDAS (€)	
• Juros obtidos	610,91	• Juros suportados	33.904,08
• Rendimento de imóveis	61.130,70		
• Outros proveitos e ganhos financeiros	6.442,07	→ Resultados financeiros	34.279,60
	68.183,68		68.183,68

Os Proveitos financeiros, são provenientes de Juros obtidos de depósitos à ordem e a prazo, de Rendimentos de imóveis e de Outros proveitos e ganhos financeiros. Os Proveitos foram suficientes para cobrirem os custos financeiros que advêm exclusivamente dos Juros suportados com os Empréstimos de médio e longo prazo (33.904,08€).

O Resultado financeiro apresenta um valor de 34.279,60€.





Município de Santa Cruz da Graciosa

[Handwritten signatures and notes on the right margin]

PROVEITOS E GANHOS (€)		CUSTOS E PERDAS (€)	
• Ganhos em existências	0,00	• Transferências de capital concedidas	0,00
• Ganhos em imobilizações	0,00	• Perdas em imobilizações	4.848,62
• Benefícios e penalidades contratuais	1.440,00	• Outros custos e perdas extraordinárias	54.935,95
• Outros proveitos e ganhos extraordinários	480.453,03	→ Resultados Extraordinários	422.108,46
	481.893,03		481.893,03

Ao nível dos Proveitos que concorrem para o cálculo dos Resultados extraordinários, figuram Benefícios e penalidades contratuais de multas diversas e Outros proveitos e ganhos extraordinários, onde se incluem as transferências de capital de dois contratos, um de cooperação e um de colaboração ARAAL, ambos relacionados com habitação degradada, e proveitos diferidos de transferências de capital recebidas no ano e anos anteriores a amortizar em 2015 (cálculo proveniente da aplicação SIC e registo extraordinário conforme ponto 8.2.28.3 dos anexos às demonstrações financeiras), e a multas diversas.

Relativamente aos Custos Extraordinários, as Perdas em imobilizações devem-se ao abate de bens em elevado estado de degradação que não se encontravam totalmente amortizados, ou seja, possuíam valor patrimonial. O valor de Outros custos e perdas extraordinárias refere-se às faturas registadas com pagamentos relacionados com o projeto Recuperação de habitação degradada, financiado através de um contrato ARAAL, celebrado com o Governo Regional, através do qual são intervencionadas habitações particulares, daí o não registo nas contas da classe 4.

O Resultado extraordinário é de 422.108,46€.

PROVEITOS E GANHOS DO EXERCÍCIO		CUSTOS E PERDAS DO EXERCÍCIO	
• Proveitos e ganhos totais	4.195.832,62	• Custos e perdas totais	3.619.645,91

Desta forma, considerando os Custos e Proveitos Totais, obtém-se um resultado significativamente positivo, mostrando que o Município continua a desfrutar de uma situação financeira confortável, gerando proveitos suficientes capazes de fazer face aos custos do exercício e ainda, reforçar o seu Património (aumento dos fundos próprios do Balanço).

O Resultado líquido do exercício apurado, no montante de 576.186,71€, é aplicado por decisão dos órgãos competentes da entidade mãe e conforme o Ponto 2.7.3. do POCAL.

Assim, o Município deliberou aplicar o resultado do seu exercício:

Reservas Legais.....	28.809,34 €
Resultados Transitados.....	547.377,37 €

Empresa de Transportes Colectivos da Ilha Graciosa Lda

Atividade



Município de Santa Cruz da Graciosa
Reserva da Biosfera
Largo Vasco da Gama 9880-352 Santa Cruz da Graciosa |
Telef: 295730040 | Fax: 295732300
www.ern-graciosa.pt
Nif: 512069760





Município de Santa Cruz da Graciosa

O principal objectivo da Empresa de Transportes Colectivos da Ilha Graciosa Lda é servir bem os seus utentes, desde sempre, em colaboração com a Escola Básica. No ano lectivo 2015/2016, os alunos foram transportados nas carreiras normais, coincidindo com os termos das aulas, aproximadamente, com os horários das carreiras.

Foi fundada em 1980 e a participação do Município é de 78,35% pelo que a parte dos interesses minoritários é de 21,65%, inscrita em linha própria do balanço consolidado.

A empresa não contratou fiscal único e as contas não foram auditadas (artigo 25º n.º 2 da Lei 50/12 de 31 de agosto).

Atendendo à situação financeira da empresa, em 2015, não foi efectuado qualquer investimento na continuação da renovação da frota, tendo sido privilegiada a sua conservação e manutenção. Desta forma, evitou-se a degradação da frota que conta com alguns autocarros ao serviço diário com 33 anos.

No quadro abaixo, apresenta-se o número dos passageiros transportados e os quilómetros percorridos:

	2011	2012	2013	2014	2015
Passag. Transportados	136.898	130.800	127.626	114.964	109.017
Km. Percorridos	116.741	111.828	111.127	110.375	109.094

Desde de ano 2011 que se verifica um decréscimo dos quilómetros percorridos e passageiros transportados. Comparando o número de passageiros transportados nos últimos cinco anos estes diminuíram 27.881, o que representa 20,37%. No que se refere aos quilómetros andados, também houve uma diminuição de 7.647, representando um decréscimo de 6,55 %.

Rendimentos

Os rendimentos do presente exercício no montante de 185.441,32€, representam uma redução de 2,43 %, em relação ao ano de 2014.

Rubrica	ANO			%
	2015	2014	Variações	
Prestação de Serviços				
Carreiras	26.661,31	29.034,65	-2.373.34	-8,17
Pré-comprados Normais	1.463,36	1.000,38	462,98	46,28





Município de Santa Cruz da Graciosa

[Handwritten signatures and initials]
Luzia Cortez

Passes sociais 3.ª Idade	4.202,26	3.986,09	216,17	5,42
Passes sociais-Pensionistas	323,6	358,28	-34,68	-9,68
Passes escolares	70.895,32	68.102,07	2.793,25	4,1
Circuitos aluguer - alunos	34.780,51	37.146,64	-2.366,13	-6,37
Carreiras Fim-de-semana	4.555,43	4.802,58	-247,15	-5,15
Compensaç. Manut.tarifári	0	0	0	
Alugueres:				
Turismo	6.371,43	1.257,14	5.114,29	406,82
Outros alugueres	24.299,96	29.073,90	-4.773,94	-16,42
Sub total	173.553,18	174.761,73	-1.208,55	-0,69
Juros D. Prazo	219,67	1,85	217,82	
Subsidios SIRIART	9.666,36	9.666,34	0,02	
Outros rendimentos	202,11	2.027,35	-1.825,24	
Subsídio Integra	1.800,00	3.600,00	-1.800,00	
Total	185.441,32	190.057,27	-4.615,95	-2,43

Sobre estes rendimentos e ganhos salienta-se o seguinte:

- Globalmente as prestações de serviços (carreiras) tiveram um decréscimo de 0.69%. Pela positiva, destacam-se os serviços de aluguer para turismo internacional, que registaram um aumento de 5.114,29 €, representando 406,82 %, comparado com o ano anterior;
- Os juros referem-se ao depósito a prazo no Banif e C.G.D;
- Os subsídios de investimento do SIRIART, são importâncias imputadas ao exercício, de acordo com as percentagens das depreciações das viaturas (que foram adquiridas ao abrigo deste sistema de incentivos) para compensar os gastos de depreciação;
- O subsídio do Programa Integra, é destinado a compensar a remuneração pela admissão de trabalhador (motorista);
- A importância dos outros rendimentos, refere-se a venda sucata e pequenas diferenças c/c.

Relativamente aos gastos temos o seguinte detalhe:

Rúbrica	2015	2014
Fornecimentos serviços externos:		
Gasóleo	21.119,06	24.155,34
Conservação reparação	6.043,58	5.069,63
Pneus e Lubrificantes	2.113,30	736,25





Município de Santa Cruz da Graciosa

Seguros	9.251,25	9.256,69
Outros	14.429,42	13.879,92
Depreciação e amortização	25.761,06	25.676,36
Despesas com o pessoal	116.317,48	109.105,86
Total	195.035,15	187.880,05

Sobre os gastos do presente exercício, no montante de 195.035,15 €, podemos referir que:

- a) O custo do gasóleo consumido, atendendo às constantes variações de preço ao longo do ano, atingiu 10,83% dos gastos, contudo, 52,31% dos quilómetros percorridos, foram com viaturas até aos vinte lugares que tem um consumo reduzido. O preço do litro de gasóleo teve uma redução de 0,08€, em relação ao último dia do ano anterior;
- b) A conservação e reparação das viaturas atingiu 3,1% dos gastos, as quais tiveram um aumento de 973,95 €, representando 19,21 %, comparado com o ano anterior;
- c) Os gastos com pneus e lubrificantes representam 1,08%, dos gastos, os quais tiveram também um aumento de 1.377,05 €, em relação ao ano anterior;
- d) Os seguros das viaturas atingiram 4,74% dos gastos, os quais tiveram uma redução de 5,44€, comparado com o exercício do ano anterior;
- e) As depreciações do exercício representam 13,21% dos gastos, as quais tiveram um aumento de 84,70€, em relação ao exercício do ano anterior, referente a aquisição no presente exercício de uma prensa hidráulica;
- f) Os restantes fornecimentos externos e outras despesas representam 7,4% dos gastos, as quais tiveram um aumento de 549,50€;
- g) As despesas com o pessoal representam 59,64% dos gastos, os quais tiveram um aumento de 7.211,62€, em relação a 2014.

O total das receitas do exercício foi inferior em 4.615,95€, em relação ao ano anterior, representando assim uma diminuição de 2,43%. No que se refere ao total de gastos deste exercício, este foram superiores em 7.155,10€, o que corresponde a um aumento de 3,81%, em relação ao ano anterior.

Resultados

Da diferença entre Rendimentos e Gastos resultou um resultado negativo de 9.593,83€, que foi transferido para resultados transitados.





Município de Santa Cruz da Graciosa

Demonstrações financeiras consolidadas

Balanço Consolidado

[Handwritten signatures and initials]
Luzia Cordeiro





Município de Santa Cruz da Graciosa

Activo	2015	2014
	AL	AL
Imobilizado:		
Bens de domínio público:		
Terrenos e recursos naturais	21 623,20	19 929,20
Outras construções e infra-estruturas	1 033 528,26	1 039 104,44
Bens do património histórico, artístico e cultural	517 192,76	517 192,76
Outros bens de domínio público	13 258 108,55	13 562 979,13
	14 830 452,77	15 139 205,53
Imobilizações incorpóreas:		
Despesas de instalação	0,00	0,00
Despesas de investigação e de desenvolvimento	38 218,37	76 267,79
	38 218,37	76 267,79
Imobilizações corpóreas:		
Terrenos e recursos naturais	983 726,16	848 371,16
Edifícios e outras construções	10 692 676,29	10 685 272,34
Equipamento básico	243 770,47	204 975,14
Equipamento de transporte	247 559,30	204 918,14
Ferramentas e utensílios	7 462,80	6 503,19
Equipamento administrativo	47 274,13	34 867,53
Outras imobilizações corpóreas	4 856,22	1 710,04
Imobilizações em curso	4 367,98	4 367,98
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00
	12 231 693,35	11 990 985,52
Investimentos financeiros:		
Partes de capital	15 000,00	15 000,00
Obrigações e títulos de participação	242 947,62	0,00
	257 947,62	15 000,00
Circulante:		
Existências:		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	3 569,00	3 514,10
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00
	3 569,00	3 514,10
Dívidas de Terceiros - Médio e longo prazos:		
Dívidas de Terceiros - Curto prazo:		
Empréstimos concedidos	0,00	0,00
Clientes, c/c	131 160,32	80 918,83
Estado e outros entes públicos	60 326,90	43 860,77
Outros devedores	14 824,93	16 169,23
	206 312,15	140 948,83
Depósitos em instituições financeiras/bancários e caixa:		
Depósitos em instituições financeiras/Depósitos bancários	338 083,41	491 771,18
Caixa	3 144,32	2 792,57
	341 227,73	494 563,75
Acréscimos e diferimentos		
Acréscimos de proveitos	0,00	13 026,43
Custos diferidos	19 451,09	18 963,04
	19 451,09	31 989,47
Total do activo	27 928 872,08	27 892 474,99

Luzia Cordeiro



Município de Santa Cruz da Graciosa

Handwritten signatures and notes:
 ATSO
 Luzia Cordeiro

Fundos próprios/capital próprio e passivo	2015	2014
Fundos próprios/capital próprio		
Património/capital	9 156 641,39	9 156 641,39
Reservas:	0,00	0,00
Reservas legais	362 757,42	350 974,10
Outras reservas	0,00	0,00
Resultados transitados	6 595 382,38	5 653 366,33
Subtotal	16 250 065,56	15 302 212,64
Resultado Líquido do exercício	568 669,94	237 293,45
Dividendos antecipados	0,00	0,00
Total dos fundos próprios/capital próprio	16 818 735,50	15 539 506,09
Interesses Minoritários	41 291,29	45 461,12
Passivo		
Provisões para riscos e encargos	0,00	0,00
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo		
Empréstimos de médio e longo prazo	1 292 474,51	1 680 011,57
Outros credores	173 533,62	0,00
	1 466 008,13	1 680 011,57
Dívidas a terceiros - Curto prazo		
Outros empréstimos obtidos	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00
Fornecedores, c/c	114,59	1 388,13
Fornecedores de imobilizado	0,00	542,80
Estado e outros entes públicos	19 219,35	20 883,60
Administração autárquica	0,00	0,00
Outros credores	48 394,42	59 028,18
Clientes e utentes com cauções	0,00	0,00
	67 728,36	81 842,71
Acréscimos e diferimentos		
Acréscimos de custos	164 049,09	152 237,24
Proveitos diferidos	9 371 059,71	10 393 416,26
	9 535 108,80	10 545 653,50
Total do passivo	11 068 845,29	12 307 507,78
Total dos fundos próprios/capital próprio e do passivo	27 928 872,08	27 892 474,99

O balanço consolidado apresenta um ativo de 27,9 Milhões €, sendo que os interesses dos sócios minoritários da Empresa de Transportes são de 41,2 mil euros. Comparando com o ativo individual do Município o acréscimo é de 192 mil euros ou 0,7%.





Município de Santa Cruz da Graciosa

Demonstração de Resultados Consolidada

Custos e Perdas	2015		2014	
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				
Mercadorias	0,00		0,00	
Matérias	1 431,10	1 431,10	197,19	197,19
Fornecimentos e serviços externos		919 640,04		809 978,92
Custos com o pessoal				
Remunerações	973 162,56		1 008 503,06	
Encargos sociais	265 079,84		250 287,31	
Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	581 878,15	1 820 120,55	568 935,58	1 827 725,95
Amortizações do exercício/mobilizado corpóreo e incorpóreo	959 052,51		980 105,58	
Provisões do exercício	0,00	959 052,51		980 105,58
Impostos	0,00			
Outros custos e perdas operacionais	11 435,34	11 435,34		18 481,70
(A) Custos e perdas operacionais		3 711 679,54		3 636 489,34
Custos e perdas financeiros		33 904,08		43 370,56
(C) Custos e perdas correntes		3 745 583,62		3 679 859,90
Custos e perdas extraordinários	59 784,57	59 784,57	69 511,85	69 511,85
(E) Custos e perdas do exercício		3 805 368,19		3 749 371,75
Imposto sobre o rendimento do exercício		0,00		100,46
(G) Custos e perdas+Impostos sobre o rendimento do exercício		3 805 368,19		3 749 472,21
Interesses Minoritários		- 2 077,06		449,62
Resultado líquido consolidado do exercício		568 669,94		237 293,45
Proveitos e Ganhos				
Vendas e prestações de serviços				
Vendas de mercadorias	0,00		0,00	
Vendas de produtos	190 176,40		179 626,78	
Prestações de serviços	222 027,51	412 203,91	221 068,88	400 695,66
Impostos e taxas	582 336,68		548 736,91	
Transferências e subsídios obtidos/Subsídios à exploração	2 817 255,63		2 668 248,88	
Outros proveitos e ganhos operacionais	9 868,47		11 695,54	
Reversões de amortizações e ajustamentos	0,00	3 409 460,78	0,00	3 228 681,33
(B) Proveitos e ganhos operacionais		3 821 664,69		3 629 376,99
Proveitos e ganhos financeiros		68 403,35		48 689,58
(D) Proveitos e ganhos correntes		3 890 068,04		3 678 066,57
Proveitos e ganhos extraordinários		481 893,03		309 148,71
(F) Proveitos totais		4 371 961,07		3 987 215,28

Resumo:			
Resultados Operacionais (B) - (A) =	109 985,15		- 7 112,35
Resultados Financeiros (D-B) - (C-A) =	34 499,27		5 319,02
Resultados Correntes (D) - (C) =	144 484,42		- 1 793,33
Resultados antes de impostos (F) - (E) =	566 592,88		237 843,53
Resultado Líquido consolidado do exercício (F) - (G) =	568 669,94		237 293,46





Município de Santa Cruz da Graciosa

O resultado líquido consolidado é de 568,7 mil €, resultante do resultado individual do Município de 576,2 mil €, deduzido da sua parte nos resultados líquidos negativos da empresa local de transportes (7,5 mil €).

Mapa dos Fluxos de Caixa Consolidado

O mapa de fluxos de caixa consolidado funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental do grupo municipal, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais, quer de operações de tesouraria.

	2015	2014
Saldo da Gerência Anterior	494.563,75	210.647,03
Execução Orçamental	426.922,73	128.193,35
Operações de Tesouraria	67.641,02	82.453,68
Total das Receitas Orçamentais	4.033.361,86	4.935.345,96
Receitas Correntes	3.626.380,14	3.458.762,63
Receitas de Capital	406.981,72	1.476.242,59
Receitas Outras	0,00	340,74
Operações de Tesouraria	192.679,77	196.243,49
TOTAL	4.487.185,62	5.342.236,48
Total das Despesas Orçamentais	4.139.414,38	4.636.616,58
Despesas Correntes	2.801.744,00	2.724.234,03
Despesas de Capital	1.337.670,38	1.912.382,55
Operações de Tesouraria	239.963,09	211.056,15
Saldo para a Gerência seguinte	341.227,91	494.563,75
Execução Orçamental	320.870,21	426.922,73
Operações de Tesouraria	20.357,70	67.641,02

Paços do Município de Santa Cruz da Graciosa, 29 de Agosto de 2016





Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

O Município de Santa Cruz da Graciosa apresenta as demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade, relativas ao exercício de 2015, reportado a 31 de dezembro.

As demonstrações financeiras consolidadas foram efetuadas segundo as normas previstas na Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, a qual aprova a orientação n.º 1/2010, que estabelece um conjunto de princípios que devem estar subjacentes à consolidação de contas e da referida Nota explicativa para a consolidação das contas de 2014 com data de maio de 2015.

Foi utilizada a sugestão de um Modelo de estrutura do anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados Consolidados publicado pelo SATAPOCAL, omitindo-se todos os pontos aí definidos que não são aplicáveis, ou cujo conteúdo se considera não existir informação relevante que justifique a sua divulgação.

As notas do presente Anexo incluem as informações financeiras sobre os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação, mapa de endividamento de curto e médio/longo prazo, bem como os mapas exigidos pelo n.º 7 do artigo 75º da Lei n.º 73/2013, nomeadamente Balanço, Demonstração de Resultados e Fluxos de Caixa Consolidados.

1) Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

a) Entidades incluídas no perímetro de consolidação

A Nova Lei das Finanças Locais (RFALEI - Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2014, veio introduzir alterações ao nível da consolidação de contas. Com a publicação desta lei, foram mudados os critérios do perímetro de consolidação e das entidades obrigadas a consolidar, assente no conceito de influência dominante ou controlo, como critério da determinação do perímetro municipal, devendo, neste novo enquadramento, o município consolidar com as entidades onde participa, independentemente da percentagem de participação, desde que a sua posição seja de controlo.





Município de Santa Cruz da Graciosa

Denominação	NIF	Sede	Motivos da inclusão	Observações
Município de Santa Cruz da Graciosa	506812820	Largo Vasco da Gama 9880-352 Santa Cruz da Graciosa	n.º 1 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro; Ponto 5.3 da orientação n.º 1/2010, publicada pela Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho e SATAPOCAL 2015	Entidade Mãe
Empresa de Transportes Colectivos da Ilha Graciosa Lda	680019600	Rua da Boavista 9880-360 Santa Cruz da Graciosa	N.º 1 do art. 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro; Ponto 5.3 da orientação n.º 1/2010, publicada pela Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho	Transportes Colectivos – Entidade controlada

Tendo por base a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI) e as recomendações do SATAPOCAL, datadas de maio de 2015, para efeitos de consolidação de contas, considerou-se que o perímetro de consolidação é composto pelo Município de Santa Cruz da Graciosa e pela Empresa de Transportes Colectivos da Ilha Graciosa Lda, onde o Município detém uma participação no capital de 78,35%.

Trabalhadores ao serviço por categoria em 31/12/2015

Categoria	N.º Trabalhadores		
	Município	Emp. Transp. Colectivos Ilha Graciosa	Total
Técnicos Superiores	5	-	5
Coordenadores Técnicos	1	-	1
Assistentes Técnicos	11	-	11
Assistentes Operacionais	37	-	37
Outros	3	7	10
Total	57	7	64



Município de Santa Cruz da Graciosa

Reserva da Biosfera

Largo Vasco da Gama 9880-352 Santa Cruz da Graciosa |

Telex: 295730040 | Fax: 295732300

www.cm-graciosa.pt

Nif: 512069760





Município de Santa Cruz da Graciosa

No Município, na categoria "Outros" estão incluídos 2 Fiscais Municipais e 1 Técnico de informática

Entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação

Denominação	NIF	Sede	Detenção Capital	Motivos da exclusão
ART - Associação Regional de Turismo - Turismo dos Açores	512 069 956	Rua da Palha, 32-34 9700-144 Angra do Heroísmo	4,35%	Participação do Município inferior a 20%

Como o anteriormente referido, com base na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro - Consolidação de Contas, devem ser incluídas na prestação de contas consolidadas todas as entidades em que a entidade mãe (o município) tenha o poder de controlo sobre as políticas financeiras e operacionais, a fim de beneficiar das suas atividades.

Nesta perspetiva, não foram incluídas no perímetro de consolidação a ART - Associação Regional de Turismo - Turismo dos Açores e o Fundo de Apoio Municipal.

2) Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

Não aplicável.

3) Informações relativas aos procedimentos de consolidação

A Consolidação de Contas é um processo complexo que se desenvolve extra-contabilmente e que consiste em agregar as contas do Município com as entidades a consolidar, de modo a que as contas representem a situação financeira e os resultados das operações do grupo municipal como se de uma única entidade se tratasse, pretendendo apresentar apenas os resultados das operações que as entidades do grupo tiverem com terceiros.

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas reportam-se a 31 de Dezembro de 2015 e são elaboradas com base nas contas individuais legalmente aprovadas.

Previamente ao processo de consolidação, as entidades integrantes do perímetro de consolidação que aplicam o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), asseguraram a conversão das suas contas para POC. Em seguida procedeu-se à conversão das contas para





Município de Santa Cruz da Graciosa

POCAL e à homogeneização e à eliminação das operações internas das entidades que integram o grupo municipal. Depois desse processo, procedeu-se à agregação dos dados, o que permitiu obter uma imagem verdadeira, fiel e apropriada da posição financeira, dos resultados do grupo.

O método adotado na consolidação de contas do Município de Santa Cruz da Graciosa foi o método de consolidação integral, o qual consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas.

Os saldos e fluxos financeiros entre as empresas do grupo encontram-se discriminados em mapa anexo, bem como os movimentos extra contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas.

Nas contas individuais e consolidadas, as participações financeiras em entidades de natureza empresarial não incluídas no perímetro de consolidação encontram-se valorizadas de acordo com o princípio do custo histórico. Nos termos do ponto 3 da orientação nº 1/2010 foram reconhecidos os interesses minoritários.

4) Informações relativas ao endividamento de curto, médio e longo prazos

No ano de 2015, a situação do Grupo Municipal face ao endividamento de médio/longo prazo é a seguinte:

Handwritten signatures and notes on the right margin, including the name Luzia Cordeiro.





Município de Santa Cruz da Graciosa

[Handwritten signatures and initials]

Designação das contas	Município	Empresa de Transportes Colectivos da Ilha Graciosa Lda	Total	Eliminação de créditos/dívidas recíprocos	Grupo público consolidado
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo					
Empréstimos de médio e longo prazo	1.292.474,51	0,00	1.292.474,51		1.292.474,51
Outros credores	173.533,62	0,00	173.533,62		173.533,62
	1.466.008,13	0,00	1.466.008,13	0,00	1.466.008,13
Dívidas a terceiros - Curto prazo					
Fornecedores, c/c	79,19	44,53	123,72		123,72
Estado e outros entes públicos	14.586,58	4.632,77	19.219,35		19.219,35
Outros credores	43.028,12	18.360,30	61.388,42		61.388,42
	57.693,89	23.037,60	80.731,49		80.731,49
TOTAL	1.523.702,02	23.037,60	1.546.739,62	0,00	1.546.739,62

O quadro anterior mostra que a dívida decorrente de empréstimos de curtos, médio e longo prazo do grupo municipal, esta concentrada no Município, sendo a empresa local incluída porque não apresenta equilíbrio financeiro em 2015.

5) Informações relativas a compromissos

Todos os compromissos assumidos figuram no Balanço Consolidado.

6) Informações relativas a políticas contabilísticas

- a) Critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas e métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente no que diz respeito às amortizações e provisões.





Município de Santa Cruz da Graciosa

As demonstrações financeiras individuais do Município foram elaboradas de acordo com o POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais).

O ativo imobilizado foi valorizado ao custo de aquisição e parte ao custo de produção, sendo que se considera como custo de aquisição de um ativo a soma do respectivo preço de compra com os gastos suportados direta e indiretamente para o colocar no seu estado actual, e considera-se como custo de produção de um bem a soma dos custos das matérias-primas e outros materiais diretos consumidos, da mão-de-obra direta e de outros gastos gerais de fabrico necessariamente suportados para o produzir.

Para efeitos de atualização e avaliação dos bens do Imobilizado Corpóreo e dos Bens de Domínio Público da autarquia e em cumprimento das disposições previstas no ponto 4.1 do POCAL, foi publicado em 29 de janeiro de 2002, no Diário da República, o Regulamento de Inventário e Cadastro do Património da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, que estabelece as regras, critérios, métodos e valorização dos bens do Município.

Os critérios valorimétricos utilizados relativamente ao imobilizado corpóreo e bens de domínio público, foram os que constam desse regulamento, estando os critérios de acordo com as disposições do POCAL e do Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE).

- i) O imobilizado corpóreo é registado pelo valor de aquisição, inclui todas as despesas de compra;
- ii) As amortizações do exercício são calculadas em função da vida útil de cada tipo de ativo e pela aplicação das taxas de depreciação preconizadas pelo CIBE através do método das quotas constantes. A quota anual de amortização determinou-se aplicando aos montantes dos elementos do ativo imobilizado em funcionamento as taxas de amortização definidas na Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril;

[Handwritten signatures and notes on the right margin]
Luzia Cordeiro





Luíza Cordeiro

iii) A fixação de quotas diferentes das estabelecidas na lei, para os elementos do ativo imobilizado adquirido em 2.ª mão, é determinado pelo órgão deliberativo da autarquia local, sob proposta do órgão executivo, acompanhada de justificação adequada.

b) Imobilizado em Curso

O imobilizado em curso está valorizado de acordo com a faturação das obras e trabalhos específicos.

c) Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros (partes de capital) são relevados ao custo de aquisição.

d) Existências

As existências foram valorizadas ao custo de aquisição. O método de custeio das saídas de armazém utilizado foi o custo médio ponderado.

e) Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros, são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

f) Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos.

g) Acréscimos e diferimentos / Especialização dos exercícios





Município de Santa Cruz da Graciosa

As entidades do Grupo Municipal registam os seus proveitos e custos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, em resultado do qual, os proveitos e os custos são reconhecidos à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes proveitos e custos gerados são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

7) Informações relativas a determinadas rubricas

a) Comentário das rubricas «despesas de instalação» e «despesas de investigação e de desenvolvimento»

Não existem movimentos na rubrica «despesas de instalação».

Na rubrica «despesas de investigação e de desenvolvimento», estão contabilizados estudos e projetos com diversos objetivos.

j) Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de actividades

Descrição	Valor Consolidado
Vendas	190.176,40
Água	189.922,16
Outros Bens	254,24
Prestações de Serviços	222.027,51
Aluguer de espaços e equipamentos	52.428,04
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	1.755,09
Transporte colectivo de passageiros	164.366,64
Trabalhos por conta de particulares	2.408,84
Total	412.203,91





8) Informações diversas

A Empresa de Transportes Colectivos da Ilha Graciosa Lda aplica o Sistema de Normalização Contabilística, SNC, tendo sido efectuada a conversão das suas contas para o POCAL.

Refira-se que essa conversão consistiu numa simples reclassificação de SNC em POC, sendo que novo Normativo Contabilístico a aplicar em 2017, vai além da simples reclassificação, atingindo também os próprios conceitos de ativo, passivo e capital próprio e o valor dos resultados.

As demonstrações financeiras individuais do Município foram elaboradas de acordo com o POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais).

Todas as informações consideradas relevantes para uma melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação foram incluídas no presente anexo.

Factos relevantes ocorridos após o termo das contas

Após o termo das contas não foram detetados factos relevantes que possam influenciar a informação contabilística prestada.

Paços do Município de Santa Cruz da Graciosa, 05 de Setembro de 2016

O Presidente da Câmara

Manuel Avelar Cunha Santos



Tristão Nascimento em substituição de Fernando Dioclécio Martins Mesquita Gabriel, Valdemiro Adolfo dos Santos Vasconcelos em substituição de Francisco Eduardo Bettencourt Medeiros, Manuel Guilhermino da Rocha, Marco Nuno Costa e Silva e Rui Jorge Bettencourt Melo todos do Partido Social Democrata.-----

-----Também Presentes o presidente da Camara Municipal, Manuel Avelar Cunha Santos, José Manuel Bettencourt Ataíde em substituição da Vice-Presidente Maria da Conceição de Sousa da Luz Cordeiro e os vereadores António Manuel Bettencourt Ortins Lourenço, João Manuel Bettencourt Cunha e António Manuel Ramos dos Reis.-----

-----Verificando-se que a Mesa da Assembleia Municipal não estava completa, devido à ausência do 1º Secretário, José Manuel da Silva Gregório, o Presidente da Assembleia Municipal convidou o membro da Assembleia Municipal Luzia Barroso Pardal Monteiro Cordeiro para assumir o cargo de 2º Secretário, sendo o cargo de 1º Secretário assumido por Tiago Avelar Lima Santos, conforme determina Regimento da Assembleia Municipal.-----

-----Aberta a sessão o Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida. Seguidamente deu-se início à leitura e votação da Ata da Reunião ordinária de sete de Setembro de 2016, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

-----Seguidamente passou-se à "Ordem do dia".-----

Ponto 1 – Votação e eventual aprovação da Prestação de contas consolidadas – Exercício de 2014;-----

-----Após um esclarecimento inicial do Presidente da Câmara, e não havendo por parte dos Membros pedidos de esclarecimento, passou-se à

votação da Prestação de contas consolidadas – Exercício de 2014; tendo sido aprovado com doze votos favoráveis por parte do Partido Socialista e sete abstenções por parte do Partido Social Democrata.-----

Ponto 2 – Votação e eventual aprovação da Prestação de contas consolidadas – Exercício 2015;-----

-----Após um esclarecimento inicial do Presidente da Câmara, e não havendo por parte dos Membros pedidos de esclarecimento, passou-se à votação da Prestação de contas consolidadas – Exercício de 2015; tendo sido aprovado com doze votos favoráveis por parte do Partido Socialista e sete abstenções por parte do Partido Social Democrata.-----

Ponto 3 - Votação e eventual aprovação da 5ª Revisão ao Orçamento, PPI, Actividades Mais Relevantes;-----

-----Após intervenção inicial do Presidente da Câmara, vários Membros solicitaram esclarecimentos, ao qual o Presidente deu as respostas que considerou adequadas. Posteriormente passou-se à votação da 5ª Revisão ao Orçamento, PPI, Actividades Mais Relevantes; tendo sido aprovado com doze votos favoráveis por parte do Partido Socialista e sete abstenções por parte do Partido Social Democrata.-----

Ponto 4 – Votação e eventual aprovação da Assunção de compromissos plurianuais – “Empreitada de Substituição da Cobertura do Pavilhão Municipal”;-----

-----Após um esclarecimento inicial do Presidente da Câmara, o Membro João Costa solicitou um esclarecimento ao qual o Presidente deu a resposta que considerou adequada. Posteriormente passou-se à votação da Empreitada de Substituição da Cobertura do Pavilhão Municipal tendo sido aprovado por unanimidade.-----

Ponto 5 – Votação e eventual aprovação da Empreitada “Rede de Abastecimento de água da freguesia de Guadalupe e parte da Freguesia de Santa Cruz da Graciosa”;-----

-----Após um esclarecimento inicial do Presidente da Câmara, o Membro João Costa solicitou um esclarecimento ao qual o Presidente deu

a resposta que considerou adequada. Posteriormente passou-se à votação da empreitada da Rede de Abastecimento de água da freguesia de Guadalupe e parte da freguesia de Santa Cruz da Graciosa segundo o disposto no nº2 do artigo 51º da Lei nº73/2013, de 3 de setembro; tendo sido aprovado por unanimidade. O Partido Social Democrata apresentou uma declaração de voto.-----

Ponto 6 – Votação e eventual aprovação do Pedido de Isenção de taxas por parte da Direção Regional da Habitação.-----

-----Após um esclarecimento inicial do Presidente da Câmara, e não havendo por parte dos Membros pedidos de esclarecimento, passou-se à votação do Pedido de Isenção de taxas por parte da Direção Regional da Habitação, tendo sido aprovado com doze votos favoráveis por parte do Partido Socialista e sete abstenções por parte do Partido Social Democrata. O Partido Social Democrata apresentou uma declaração de voto.-----

-----No período da intervenção do público e por não haver inscrições para o efeito, deu-se o mesmo por encerrado.-----

-----Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão tendo-se elaborado a presente Minuta de Ata que depois de lida em voz alta, na presença de todos, foi posta à votação e foi aprovada por unanimidade. Esta Ata foi aprovada em minuta para poder ter execução imediata.-----

João Manuel Teixeira Bettencourt
João Luís
Luís Borges Pardal Monteiro Cordeiro
Manuel José da Silva
Paulo José da Silva
Paulo José da Silva
Ricardo Bettencourt

MANUEL DIONISIO Leite da Silva
 Thelma Emanuel da Veiga Bettencourt
 João Eduardo Brito Silva
 Maria Alzira Lima Bettencourt
 George Carlos Lopes
 Rui Francisco Costa Rodrigues
 Paul Guilherme Koch
 Valério Adolfo de Castro Viana
 Rui Jorge Bettencourt Neto
 Ana Luísa Costa e Silva
 Roberto Luís Costa e Silva

Luzia Cordeiro
 Rui
 Rui
 Rui